



VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR

"Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional"

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



ÁREA TEMÁTICA – GESTÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO E AS DEMANDAS REGIONAIS

Autora: Regina Célia Faria Amaro Giora, Dra.

Título: Institucionalização E Gestão Da Extensão Numa Universidade Comunitária Confessional.

Resumo

A universidade é muito recente no Brasil. Seu surgimento dá-se no século XX, e inspira-se na universidade berlinesa, francesa e americana, onde apenas duas dimensões da prática educativa - ensino e pesquisa são desenvolvidas e valorizadas. Por extensão compreende-se, nesses modelos, apenas cursos e prestação de serviços. Com a Constituição Federal de 1988, uma nova dimensão foi introduzida – a extensão. Este artigo pretende apontar aspectos referentes ao processo de institucionalização e gestão da extensão numa universidade comunitária, de natureza confessional, onde a prática extensionista se confunde com assistencialismo e filantropia. Nas duas últimas décadas, um novo conceito e uma nova práxis de extensão, elaborados pelos Fóruns de Pró-reitores de Extensão das universidades públicas e privadas, respectivamente, passou a ser utilizado e, até o presente, a maioria das IES têm demonstrado dificuldades em assimilar o significado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizada no ordenamento jurídico. Para este artigo, foram usados farta bibliografia, de diferentes naturezas, referente à extensão universitária, bem como documentos institucionais utilizados pelo setores responsáveis pela extensão de universidades comunitárias confessionais. Conclusão - contemplar as 3 dimensões exigidas pela Constituição demandará um tempo maior do que se supõe, e representará um desafio para seus gestores de universidades, causado principalmente pela mudança de cultura na universidade, estabelecendo novos padrões, e pela opção de uma liderança estratégica voltada para a administração de instituição (com seus valores, visão e princípios), que não se confunde com uma organização.

Palavras-chave: extensão; gestão universitária; compromisso social.

Apresentação

Este trabalho pretende apontar alguns aspectos referentes a institucionalização e gestão da extensão na universidade comunitária, de natureza confessional, destacando apontando a relevância do seu compromisso e de sua responsabilidade social.

Introdução

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, conhecida por Constituição Cidadã, no artigo 207, preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sobre o conceito referente às duas primeiras dimensões pedagógicas não pairam dúvidas. Nos dicionários da Língua Portuguesa lemos: ensino é transmissão de conhecimento e pesquisa é produção de conhecimento. Mas, quando buscamos o significado de extensão, não encontramos nada que se refira ao conhecimento. Temos como sinônimo de extensão- ampliação, alargamento e, só. Falta acrescentar que na área da educação, significa estender o conhecimento para a comunidade, ou seja, socializá-lo. Mesmo na academia, pairam muitos equívocos, que necessitam ser esclarecidos, quando o assunto é extensão. A maioria dos atores envolvidos nesse universo tem um conceito de extensão ultrapassado ou equivocado. Ainda persiste a idéia de que extensão é sinônimo de curso ou de atividade assistencialista, de diferentes naturezas. Só recentemente, a extensão adquiriu o mesmo status do ensino e da pesquisa, no ordenamento jurídico brasileiro mas, na prática, não é o que ocorre. Ainda, na maioria das Instituições de Ensino Superior, a extensão é vista como atividade menor, complementar e que não merece a mesma atenção que é dada ao ensino e à pesquisa. Entretanto, o fato de extensão passar a ser avaliada pelo MEC, tanto quanto o ensino e a pesquisa, tem obrigado as universidades a colocá-la na pauta do dia para discussão.

Nas últimas duas décadas, há um esforço muito grande por parte dos Fóruns de Extensão, no sentido de divulgar o conceito contemporâneo de extensão e de refletir sobre a importância da prática extensionista, principalmente em países em desenvolvimento. Muitas universidades têm também realizado, com sucesso, encontros, seminários e outros eventos para discutir extensão, mas acreditamos que será necessário um tempo muito maior para o conceito ser assimilado, dentro e fora da comunidade acadêmica, pois é sabido que padrões de cultura não mudam rapidamente.

1. O Caminhar da Universidade

A universidade, no mundo ocidental tem quase nove séculos. Teve início, no século XII, na Idade Média, por iniciativa da Igreja. Nos séculos que se seguiram, a

universidade adquiriu diferentes características. Do Renascimento à Idade das Luzes, voltou-se para as ciências, escapando do rígido controle da Igreja. A partir do século XIX, com o avanço do capitalismo, surge a universidade de influência napoleônica e berlinense, com forte enfoque no ensino e na pesquisa.

No Brasil, o ensino superior sofreu forte influência européia, e teve início apenas no início do século XIX, mediante um conjunto de faculdades e escolas estatais. A universidade surge em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, resultante da fusão da Escola Politécnica, com a Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito já existentes. No entanto, desde o século XVI são apontadas iniciativas no sentido de termos uma universidade. Como exemplo, a Universidade do Brasil, por iniciativa dos jesuítas em 1592, que não foi autorizada nem pelo papa e nem pelo rei de Portugal. Em 1912 foi criada a universidade do Paraná, que também foi desautorizada, pois a cidade de Curitiba não contava na ocasião com população superior a 100 mil habitantes, condição necessária para instalação da mesma.

O Ministério da Educação no Brasil foi criado em 1930 e em 1931 tivemos a primeira reforma educacional, conhecida por Reforma Francisco Campos, que entre outras coisas gerou o primeiro estatuto da universidade brasileira.

Nessa Reforma já se subentende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Vejamos:

“O ensino universitário tem como finalidade elevar o nível de cultura geral;...”. Em outras palavras, transmitir o conhecimento acumulado, ou seja, ensino. Continua, “estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento;...” Isso significa, pesquisa. “habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior;...” , ou seja, formar profissionais, mão de obra para o mercado; “concorrer enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade”, em outras palavras, extensão.

Por iniciativa dos movimentos estudantis da Argentina, o compromisso da universidade em ser agente de transformação social, já havia sido apontado em 1918, por ocasião da elaboração da Reforma Universitária de Córdoba, onde a extensão aparece como instrumento do desenvolvimento regional e nacional.

Em 1932 aparece o Manifesto dos Pioneiros, dirigido ao povo brasileiro, principal projeto de mudanças educacionais no Brasil, que priorizava a educação, já que se tratava de uma questão fundamental para o desenvolvimento do país. Algumas das idéias fundamentais propunham que a educação deveria ser mais dinâmica e criativa, e não, estática e passiva.

Signatários desse Manifesto, como Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, foram alguns dos fundadores da Universidade de São Paulo, em 1934, cujo modelo inspirador foi a Universidade de Berlin, criada em 1810. Esse modelo preconizava a necessária articulação entre ensino e pesquisa, sobretudo nos campos das ciências naturais – da física, da química e da biologia. Em 1935 foi fundada a Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Brasil. A partir da década de

40, outras universidades surgem no cenário brasileiro, com notável contribuição das comunitárias, que já vinham desempenhando um papel importantíssimo em todo o território nacional, especialmente onde o Estado não se fazia presente.

Por volta dos anos 40, tínhamos apenas 7 universidades. Da década de 50 para o início de 2000, saltamos de pouco mais de 10 universidades para cerca de 84 universidades, e em 2004, 156 universidades, sem contar outras categorias de IES, ou seja, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos e Centro de Educação tecnológica.

A educação passou a partir da década de 70 a ser um “negócio” no Brasil. Um “negócio”, altamente lucrativo, onde o conhecimento transformou-se em mercadoria, a ser vendida àqueles que dela mais necessitava. Atualmente, as IES públicas - federais, estaduais e municipais respondem, pelo atendimento de cerca de apenas 30% da população estudantil. Os 70% restantes freqüentam instituições privadas de diferentes naturezas.

Das IES privadas, com exceção das universidades, não são cobradas quase nenhum tipo de responsabilidade social. Quando muito são convidadas a serem parceiras do Estado, ajudando a pagar a conta relativa ao débito que este tem com a sociedade, oferecendo vagas em seus cursos, ou participando de ações sociais de diferentes naturezas, em geral, pontuais. Se um número significativo de IES particulares, propaga o conceito corporativo de responsabilidade social, que chegou ao Brasil na década de 80, isso se deve exclusivamente ao caráter competitivo que as caracteriza.

Entretanto, somente das universidades, a indissociabilidade – ensino, pesquisa e extensão é severamente cobrada, e a avaliação da mesma pelo Ministério da Educação se dá, levando-se sempre em contas essas três dimensões do processo educativo.

2. A Extensão na Universidade Comunitária

Falar de extensão nas universidades comunitárias é redundância. Extensão quer dizer, ampliação, alargamento, com vimos. Pois bem, ao abrir a porta da para a comunidade, estendendo o ensino para fora da sala de aula, a universidade comunitária já não se está fazendo extensão? Investigar a realidade vivida, buscando soluções, já não é fazer a articulação entre pesquisa e extensão? Assistir a comunidade nos momentos de crise ou nas suas principais demandas, não significa extensão? No caso das universidades comunitárias, a extensão sempre esteve presente por meio do compromisso social. Na origem da extensão está a vocação explícita para atender as diferentes demandas da sociedade. Seja de caráter confessional ou não, a missão de uma universidade comunitária está sempre voltada para um ensino que faça sentido, para uma pesquisa que ajude a resolver os problemas mais cruciais da comunidade e para uma extensão que se articula com ensino que é transmitido, e com a pesquisa que é produzida, objetivando a

transformação social. O compromisso de uma universidade comunitária não é com o lucro, e sim, com a sociedade.

As igrejas que já tinham uma sólida tradição em educação, observando que poderiam estender sua missão pedagógica ao ensino superior, para atender as demandas da sociedade, inauguram a universidade comunitária de caráter confessional na década de 40. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro nasce em 44, seguida anos depois pela PUC de São Paulo e a PUC de Minas. Entretanto, observa-se que as universidades confessionais funcionavam apenas nas capitais, e em muitos pontos do país já antes de 40, aparecem as comunitárias de outras naturezas, por iniciativa dos movimentos da própria sociedade civil, e que eram mantidas com o pagamento da mensalidade dos alunos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, (artigo 213), o governo autorizou a destinação de recursos públicos às escolas comunitárias, desde que estas comprovassem sua finalidade não-lucrativa e aplicassem seus excedentes financeiros em educação ou destinassem seu patrimônio a outra instituição comunitária.

No ordenamento jurídico brasileiro, temos que as instituições comunitárias são agrupamentos de pessoas físicas ou uma ou mais pessoa jurídica, inclusive cooperativa de professores e alunos, que incluam na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade” Das várias características apontadas por Vannucchi das universidades comunitárias, ficamos com duas, que nos pareceram mais significativas.

Trata-se de serviço público e plural que presta à sociedade, em amplas regiões geográficas, onde muitas vezes, o Estado está ausente, como parceira privilegiada na construção do planejamento estratégico e do desenvolvimento da cidade e da região de sua abrangência, formando profissionais, fomentando a cidadania, impulsionando lideranças no setor produtivo, disseminando conhecimento e tecnologia, alfabetizando jovens e adultos, marcando presença em muitas áreas, nas quais o governo não tem como cumprir o preceito constitucional que declara a educação “dever de estado e direito do cidadão.

A universidade comunitária, pelo próprio projeto pedagógico que desenvolve, uma vez que dentro da sociedade civil, sobrepõe a interesses particulares, sejam estes de indivíduos ou de determinados grupos, existindo apenas para atender aos interesses e necessidades da comunidade como um todo e recebendo desta o desafio de construir conhecimentos com base nos dados concretos de sua realidade.

A universidade comunitária tem características de instituição, A instituição, ao contrário da organização, aspira a universalidade e tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa.

A universidade entendida como organização não está preocupada com a formação do estudante, porque nela, o que importa é a transmissão rápida de conhecimento que capacita o graduando a entrar rapidamente no mercado de trabalho. A pesquisa que realiza tem como objetivo intervir e controlar algo, e está condicionada pelas exigências do mercado. A prática extensionista nesse caso é pontual e tem caráter assistencialista.

Naturalmente, que o conceito contemporâneo que temos de universidade comunitária escapa do que está acima colocado. O próprio fato de ter, desde sua origem, compromisso com o social, rompe com essa definição. Compromisso refere-se à promessa, do ponto de vista jurídico. Ato voluntário, em virtude do qual a pessoa física ou jurídica, promete cumprir fielmente certos encargos que lhe são atribuídos". A universidade comunitária por meio do seu compromisso está empenhada, assume responsabilidade para com a comunidade.

A universidade comunitária não está comprometida apenas com a formação de profissionais, lideranças, produção de conhecimento, ensino de qualidade. Seu compromisso está presente no seu estatuto e regulamentos instituídos, a fim de que por ele regre seu funcionamento. E na base desses, encontram-se a ética e os valores prezados pela sociedade. No caso das comunitárias confessionais, a confessionalidade. A missão de uma comunitária é, segundo Vannucchi, o compromisso maior de toda universidade. À sua luz, é que se cumprem suas funções básicas, o seu ideário específico, o seu pensar, o seu fazer, e o seu agir, a sua fidedignidade e a sua coerência, nos âmbitos local, regional e nacional.

Numa universidade comunitária, o ensino não é bancário (Paulo Freire), o aluno sente-se participando do processo, e os conteúdos que lhe chegam correspondem a sua realidade. A vida é trazida para a escola. As grandes questões que afligem toda a humanidade, mas também as pequenas questões do cotidiano são discutidas e investigadas. A memória que registra o conhecimento acumulado é importante, porque muito há que se aprender com as experiências do passado. Entretanto, memória é mais um recurso. A experiência viva, que não está na sala de aula, é que conta para esse tipo de ensino comprometido com a realidade. Aliás, o *locus* do processo ensino-aprendizagem, em geral se desloca para fora da universidade. Aquilo que ele recebe faz sentido com sua realidade e lhe permite intervir nessa realidade.

A pesquisa, dimensão vital do processo educativo que se desenvolve na universidade comunitária, toma como temas as questões que afligem a região onde está situada, preferencialmente. Isso não quer dizer que temas que são universais não devam ser investigados. Cabe à extensão articular ensino e pesquisa, para que não se perca em ações assistencialistas ou em serviços remunerados que visam contribuir para a sustentabilidade financeira da instituição.

A extensão aproximou-se de fato das camadas populares, segundo Nogueira, início dos anos 60, por iniciativa dos movimentos dos estudantes. Ao levar os estudantes para participar da vida das populações carentes, por meio de diferentes atividades, a UNE - União Nacional dos Estudantes, tinha como objetivo aproximar a universidade da comunidade. Ao aproximar-se dos reais problemas que enfrentava a comunidade, foi possível levar para a academia, questões que buscavam uma solução. Nas duas décadas que se seguiram, entretanto, esses movimentos estudantis foram sufocados por força do regime ditatorial que caracterizou o período, e só foram retomados na década de 80, quando do processo de democratização do país.

A extensão na universidade, seja ela privada ou estatal, da forma como é entendida na atualidade, só é possível numa universidade autônoma e democrática, Onde a formação seja característica essencial dos seus preceitos e missão, onde a crítica e a reflexão tenham voz e vez, onde as portas para a troca de saberes esteja sempre aberta e, onde o conhecimento produzido e seja socializado e não resulte de interesses partidários.

3. A Gestão da Extensão numa Universidade Comunitária

A gestão da extensão numa universidade comunitária é um grande desafio. Nas últimas duas décadas tem sido chamada pelo Governo, a interagir com as vocações e culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia comum para toda a sociedade, considerando a relevância dos recursos e dos conhecimentos que ali são gerados. A expectativa maior do governo é que haja uma educação superior que realize o equilíbrio entre qualidade acadêmica e compromisso social. Não só a Universidade Pública a Universidade Privada, deve ser pensada em conexão com os grandes impasses e dilemas que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas, entre os quais se sobressaem a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental.

Observamos, que no caso das Universidades Comunitárias que já cumprem o seu compromisso social, essa responsabilidade poderia ser cobrada, se a mesma pudesse contar com o apoio governamental principalmente no que se refere a sua sustentabilidade econômica. Para que a Extensão seja gerida de modo a cumprir sua nobre missão faz-se mister que ela conte com recursos financeiros e materiais.

Gerir uma Universidade com poucos recursos econômicos, materiais e humanos é muito difícil. Cada tipo de Universidade exige um modelo de gestão que lhe seja compatível. Para muitas delas, os modelos aplicados a empresas são os que mais convêm, pois elas guardam características organizacionais bem definidas, entretanto uma Universidade Comunitária é uma Instituição e somente uma parcela dos conceitos de gestão emprestados da administração podem ser aplicados.

A sociedade tem passado por muitas e rápidas transformações quer devido a globalização e a internacionalização, quer devido ao avanço das ciências e das novas tecnologias, esses fatores representam um desafio para os gestores de Universidades. O planejamento estratégico, normalmente utilizado em empresas tem sido uma boa ferramenta para qualquer tipo de gestão, pois busca alternativas de ação e volta-se para uma visão ampla global e de longo alcance baseada na análise do contexto onde a instituição se insere. Entretanto para se elaborar um bom planejamento estratégico é necessária a competência de administradores. Cabe ao gestor universitário, enquanto alguém que possui um conjunto de habilidades e conhecimentos, que podem ser apreendidos desenvolvidos e aperfeiçoados, se apropriar das teorias administrativas se for para favorecer o bom desempenho da gestão e compreender os valores

culturais da instituição transformando esses valores em força mobilizadora para atingir os objetivos da mesma.

A única forma de uma Universidade Comunitária de natureza confessional sobreviver é contar com uma liderança estratégica caracterizada pela competência e pela ética.

São os gestores universitários, os elementos críticos na Universidade, que se institucionaliza porque lhes cabe ratificar o ideário da instituição, inspirar valores novos, propor mudanças quando necessárias, capitalizar o comprometimento externo e interno, bem como estimular o diálogo visando o entendimento.

Outros grandes desafios que o gestor de uma Universidade Comunitária enfrenta são: motivar professores a serem mais dedicados, sabendo que a carga horária que os mesmos cumprem é muito grande; garantir a excelência do ensino; contribuir para a formação integral do aluno; criar estratégia para diminuir a inadimplência e a desistência; competir com outras instituições de ensino superior que oferecem cursos a baixo custo, sem se preocuparem com a qualidade; manter a estrutura física e os recursos materiais sem cair na obsolescência; competir com outros espaços que transmitem conhecimento, como por exemplo, a universidade corporativa. Em meio a tantos desafios e ameaças externos e internos, acresce-se o fato de que só é possível falar de gestão de desenvolvimento institucional fazendo referência ao desenvolvimento humano. Investir neste último, significa para a gestão universitária, investir em mudanças de mentalidade, mudança de cultura, ampliando o comprometimento das pessoas com a qualidade de vida e do trabalho.

3.1. Universidade Presbiteriana Mackenzie: uma Experiência na Institucionalização da Extensão

A estrutura organizacional da extensão numa Universidade Comunitária Confessional como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, é chamada de Decanato e compreende, sob a gestão de um Decano, quatro coordenadorias:

Coordenadoria de programa e projetos;

Coordenadoria de cursos;

Coordenadoria de eventos e

Coordenadoria de prestação de serviços e produtos acadêmicos.

A Decano de Extensão e seus coordenadores formam a Mesa Diretora do Decanato de Extensão, que atua de forma colegiada, para decisões internas.

O compromisso e a responsabilidade social da UPM, enquanto universidade comunitária e confessional, realizam-se, exclusivamente, nas unidades universitárias, por meio de 6 modalidades de extensão: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e registro de produtos acadêmicos.

- ✓ Programa: conjunto de projetos articulados de forma institucional, contemplando objetivos com características temporal de continuidade e permanência;

- ✓ Projeto: conjunto de atividades de caráter educativo, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma planejada, com objetivos e periodicidade definida, assim como prazo de início e fim previstos;
- ✓ Curso: conjunto articulado de ações pedagógicas, planejadas e organizadas de forma sistemática, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, incluindo carga horária e processo de avaliação formal;
- ✓ Evento: proposta com caráter educativo, esportivo, cultural, social, científico, sem necessariamente possuir o caráter de continuidade;
- ✓ Produtos acadêmicos: conjunto de bens ou serviços produzidos no âmbito da universidade. Visam aplicar e disseminar o conhecimento;
- ✓ Prestação de serviços: trabalho prestado à comunidade interna da IES e/ou externa, podendo inclusive gerar recursos alternativos para a instituição.

Na UPM, todas as áreas temáticas da extensão nomeadas pelo Plano Nacional de Extensão – MEC, são contempladas:

Trabalho, Tecnologia e Produção, Saúde, Meio Ambiente, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Comunicação.

Os projetos de caráter filantrópico da UPM, são co-geridos pela Gerência de Responsabilidade Social, órgão vinculado ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, responsável pela Filantropia.

Os principais objetivos do Decanato de Extensão da UPM são:

- Referendar teórica e metodologicamente a extensão, de forma a orientar as ações extensionistas;
- Representar a UPM junto aos Fóruns Nacionais de Extensão, viabilizando a troca de conhecimento entre as instituições de Ensino Superior;
- Fortalecer o caráter comunitário da universidade no incentivo a ações de cunho social, colaborando para a crescente institucionalização da área;
- Planejar a extensão, em consonância com o Projeto Institucional, na concepção de políticas e estratégias que incentivem as atividades junto à unidades acadêmicas, em ações que relacionem alunos, docentes e comunidade;
- Gerir a extensão articulada com o Ensino e a Pesquisa, de acordo com a Legislação vigente, propiciando encontros e reuniões entre representantes de diferentes instâncias da comunidade e unidades acadêmicas afins e finalmente;
- Avaliar, sistematicamente, a extensão catalogando e registrando as ações extensionistas, além de organizar os dados sobre atividades acadêmicas da área, para fins de avaliação.

Atualmente, a UPM vem intensificando as ações de extensão, que envolvem, necessariamente, alunos e professores por meio de iniciativas independentes ou em parceria com organizações estatais e privadas, promovendo o intercâmbio de experiências acadêmicas, científicas, e tecnológicas, disponibilizando-as para a comunidade em geral.

“A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis, de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências, a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.” (FORPROEX – 1987)

6. Bibliografia

- ANDRADE, L.A.B., SILVA E.P. *A universidade e sua relação com o outro: um conceito para a Extensão Universitária*. Educação Brasileira, v.23, n 47, p.65-79
- BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis. Ed vozes. São Carlos: Ed. Da Universidade de Caxias do Sul.
- _____. *Pesquisa, Ensino e Extensão: superando equívocos em busca de perspectivas para o acesso ao conhecimento*. Educação Brasileira; Brasília, v.19, nº 39, 1998
- _____. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis. Ed Vozes. 1996
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Belém. Basa, 1988
- BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. São Paulo. E, UNESP, 1994
- CATANI, A.M. (org) *Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI*. Campinas. Autores associados, 1998
- CHAUI, M. *A universidade hoje*. In: Praga: Estudos Marxistas. São Paulo: ed. HUCITEC, nº 6, 1998
- DELORS, J. *Lugar da extensão*. In: Faria, D.S., (org). *Construção conceitual da extensão universitária*. Brasília. UnB, 2001
- _____. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo. Ed. Cortez, 1998
- DOWBOR, L. *A reprodução social*. São Paulo. Vozes. 1998
- FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas. Ed. Unicamp, 1986
- FARIA, D. S. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília. UnB, 2001
- FÁVERO, P. *Universidade do Brasil – das origens à construção*. Rio de Janeiro. Ed.

UFRJ/INEP, 2000

FOEXT. *Carta de Brasília*. In: Encontro nacional de extensão e Ação Comunitária. Brasília: UCB, 2003

_____. *Carta de Campinas*. In: Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária". Campinas. PUCCMP, 2005

_____. *Carta de Florianópolis*. In: Encontro Nacional de Extensão e Ação comunitária. Florianópolis, Univille, 2004

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro. Paz e Terra..1971

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 2000

_____. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo. Ática, 1994

GIORA, R.C.F.A. *Aspectos da liderança carismática de Getúlio Vargas*. Departamento de Psicologia Social. Tese de doutorado. USP. 2004

GOMES, C. A. *A identidade das Universidades comunitárias: referenciais teóricos – as duas faces de Janos*. In: Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária. Brasília. Universa, 2003

GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?*. São Paulo. Cortez/UFCE, 1986

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro. Bertane Brasil, 1998

_____. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1996

SAMPAIO, J.H. *Política Nacional de Extensão: referenciais teórico-práticos para sua construção*. In: Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária. Florianópolis. Univille, 2002

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo. Cortez, 1997

SILVA, M.G.M. *Extensão: a face social da universidade*. Campo Grande. UFMS, 2000

SÍVERES, L. *A universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão*. Brasília, 2004. (mimeo)

NOGUEIRA, M.D.P. *Políticas de Extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2005

SOUZA, A. L. *A história da extensão universitária*. Campinas. Alínea, 2000

TRINDADE, H. (org) *Universidade em ruínas*. Petrópolis. Vozes, 1999

UNESCO. *Tendências da educação superior para o século XXI*. In: *Conferência Mundial sobre ensino superior*. Paris: UNESCO, 1998. Anais. Brasília, 1999

VANNUCCHI, A. *A universidade comunitária*. São Paulo. Ed.Loyola, 2004.